

A 'nova' economia do trabalho

MÁRIO MURTEIRA

O CONCEITO DE ECONOMIA DO TRABALHO

A expressão 'economia do trabalho' designa uma disciplina da Ciência Económica que se ocupa dos problemas mais característicos das chamadas classes trabalhadoras nas economias de mercado, tais como emprego e desemprego, salários e repartição dos rendimentos, sindicalismo, negociação colectiva de salários e condições de trabalho. Podemos, também, utilizar a expressão já não para referir, em abstracto, a problemática, mas antes para abordar, em concreto, a maneira como o sistema económico resolve, ou resolvia, esses problemas em dados países em certas épocas. Neste último sentido, podemos, por exemplo, comparar a economia do trabalho nos países capitalistas desenvolvidos entre os anos 1960 e os primeiros anos do Séc. XXI, como faremos mais adiante.

Em síntese, quando falamos de economia do trabalho, podemos referir-nos à análise de uma problemática, apoiada em certos conceitos e teorias ou à realidade sócio-económica que constitui o seu objecto.

(Embora seja certo que, em rigor, essa 'realidade' só pode ser definida pela própria análise. Neste sentido, a análise contém, afinal, o 'olhar' ou a perspectiva que nos permite ler, ou construir, o que consideramos ser a realidade. Convenhamos, porém, que esta, paradoxalmente, só existe, e só pode existir, na nossa imaginação... ou nas lentes que compensam a nossa congénita miopia).

É naquele segundo sentido que utilizamos aqui a expressão economia do trabalho, o que significa que a nossa reflexão visa contribuir para uma interpretação coerente de várias mudanças que ocorreram na problemática do trabalho do capitalismo desenvolvido nos últimos quarenta anos. O profundo significado dessas mudanças, segundo cremos, só pode ser alcançado se for apoiado nessa visão totalizadora e coerente.

MÁRIO MURTEIRA

mism@iscte.pt

Doutor em Economia (Universidade Técnica de Lisboa); Professor Catedrático Jubilado de Economia do ISCTE; Ex-Presidente da Escola de Gestão do ISCTE; Director da revista *Economia Global e Gestão*.
PhD in Economics (Lisbon Technical University); Full Emeritus Professor of Economics of ISCTE; Ex-President of ISCTE Business School; Director of Global Economics and Management Review.

Como seria de esperar, muita coisa mudou na realidade e na ideologia em matéria de 'economia do trabalho' nos últimos quarenta anos. Por isso, e antes do mais, necessitamos de precisar o significado que atribuímos ao termo ideologia.

Como é bem sabido, esse termo tem sido utilizado em sentidos diversos, de Marx a Schumpeter, Perroux e Paul Ricoeur, entre outros celebrados autores.

Interessa-nos reter o termo do modo seguinte, que é afinal nalguma medida uma tentativa de síntese dos conceitos daqueles autores: a ideologia do sujeito do conhecimento pertence à esfera do chamado conhecimento tácito ou não codificado (distinto do chamado conhecimento codificado ou explícito), até não inteiramente consciencializado, reflectindo a sua particular visão do mundo, além do mais, exprimindo, ou podendo exprimir, preconceitos e interesses próprios de certas classes ou grupos sociais.

Portanto, a ideologia não tem dimensão apenas individual, podendo ser partilhada pelos indivíduos que integram certas classes sociais ou nações. A ideologia do progresso, característica do Ocidente pioneiro da democracia e da industrialização, é exemplo disso. Hoje, diz-nos o ensaísta irlandês Charles Handy, a América ainda «acredita» no progresso, ao contrário da Europa. Os presidentes norte-americanos, como ainda nos aponta Charles Handy, e desde Ronald Reagan a George Bush, não hesitam em afirmar convictamente: «Hoje é melhor do que ontem e amanhã será melhor do que hoje...». Mas na Europa, os 'amanhãs' não surgem hoje tão luminosos, segundo parece.

No entanto, em rigor, a 'pura' ideologia pertence à esfera do íntimo e do reservado, do subjectivo, e quando se procura a 'objectividade' própria do conhecimento científico, que se revela particularmente difícil no âmbito das ciências sociais, haverá que reduzir ao mínimo o coeficiente ideológico inerente ao pensamento humano. Como reconheceu Schumpeter, é-nos, todavia, impossível eliminar totalmente o enviesamento ou *bias* ideológico. Daí a importância do teste empírico, da rigorosa elaboração conceptual, do confronto do pensamento com os factos ou com o pensamento dos outros, quando tal é possível.

Pois é claro que a ideologia inerente aos autores dedicados à economia do trabalho, desde os anos 1960 e 1970 até hoje, como o próprio autor destas linhas exemplifica, também mudou significativamente, o que não surpreende, mas interessa perceber em quê e porquê.

Importa ter presente que, pelo menos desde o início do Séc. XIX - afinal desde o começo da proletarianização do trabalho operário própria da alvorada do capitalismo ocidental, nos países que a si mesmos se consideraram desenvolvidos, já na segunda

metade do Séc. XX -, o trabalho, delicadamente designado «por conta doutrém», esteve no centro dos grandes confrontos ideológicos, sociais e políticos do nosso tempo. Na definição, por exemplo, do 'valor' das mercadorias no âmbito da Ciência Económica ou na interpretação do 'sentido' e 'direcção' da História no quadro do chamado materialismo histórico. Também na construção daquilo que o economista francês François Perroux designou por visão (ou ideologia) comum aos ocidentais, i.e., como ele elegantemente escreveu, «a procura da economia sem escassez e da sociedade sem coacção» (1960, *Économie et Société*, PUF, Paris).

Ou ainda, na perspectiva estritamente política, no entendimento do projecto socialista de transformação social. Afinal, de uma ou outra maneira mais ou menos radical, a ideia de progresso característica do lastro cultural do Ocidente esteve sempre associada a uma certa visão do futuro do trabalho humano.

Talvez se possa afirmar que ainda o está hoje, mas como que envolvida num espesso nevoeiro onde se escondem enigmáticos actores desempenhando papéis de estranhos argumentos, como multinacionais, globalização, flexibilização e empregabilidade. Na realidade, não se pode falar de 'fim das ideologias', mas talvez antes de uma geral mercantilização da sociedade e da própria investigação científica, com correspondente expressão ideológica. Como se sabe, o marketing, incluindo até o da religião e o da política, tornou-se uma dimensão essencial da existência social do Homem do Séc. XXI. E constitui, no fim de contas, uma actividade muito elaborada de «contaminação ideológica» ao serviço da economia do mercado global.

Nestes termos, vamos abordar sucinta e sucessivamente as questões seguintes:

- natureza da acumulação do capital no capitalismo do mercado global: do mercado de trabalho ao mercado de conhecimento, como *locus* do processo de acumulação à escala mundial;
- a transformação do trabalho humano: do «trabalho em migalhas» e das utopias do sindicalismo revolucionário à aprendizagem «para toda a vida» como elemento decisivo da auto-gestão do conhecimento;
- a mobilidade da mão-de-obra no mercado global: as diferentes lógicas dos movimentos do capital financeiro, do capital humano e do capital conhecimento no mercado global.

A acumulação de capital na Economia Baseada no Conhecimento (EBC)

A expressão Economia Baseada no Conhecimento (EBC), que se banalizou nos últimos anos, traduz algo de emergente, em vias de se consumir, mais do que um sistema económico acabado. Contém, pois, um elemento voluntarista, apologetico, de *wishful thinking*, pelo que importa, mesmo neste assunto do conhecimento, não confundir desejos com realidades.

Procurando a discussão objectiva do tema, pode reconhecer-se na prática social uma configuração tendencial do sistema económico em referência com as características seguintes: a maior parte da produção e do emprego concentra-se nos serviços, e já não nas actividades secundárias, dinamizadas pela indústria.

Nestes serviços, por sua vez, crescem mais os serviços «intensivos em conhecimento», como serviços de educação e saúde, serviços financeiros, serviços «informacionais» (termo utilizado por Jacques DeBandt), que geram e gerem informação em actividades muito variadas, como formação; informática; marketing; auditoria; consultoria em gestão; logística; etc..

Neste sistema económico, a concorrência manifesta-se sobretudo na capacidade inovadora das empresas, entendendo-se o termo inovação em sentido amplo, que inclui a mudança estratégica ou organizacional e a transnacionalização, e não apenas o lançamento de novos produtos ou o progresso tecnológico na produção dos bens e serviços existentes.

O lugar nevrálgico ocupado no passado pelo operário industrial, como categoria típica e estratégica do sistema económico, é hoje ocupado pelo trabalhador do conhecimento, de formação superior, ele próprio muitas vezes gestor de actividades «intensivas em conhecimento».

Há dois pontos mais específicos que nos interessa, ainda, assinalar nesta caracterização: a questão do valor relativo dos bens e serviços e a questão da inovação criada da sua própria procura, i.e., que não se limita a satisfazer, ou satisfazer melhor, uma procura pré-existente.

A expressão «termos de troca» foi muitas vezes referida na teoria do comércio internacional, mais especificamente pela chamada teoria da dependência, que pretendia explicar o subdesenvolvimento pela exploração de que seriam vítimas os países exportadores de matérias-primas em relação aos exportadores de produtos manufacturados. Aqueles seriam forçados a exportar cada vez mais para importar uma unidade de produtos manufacturados, por força da chamada «deterioração dos termos de troca», ou seja, da evolução relativa dos preços médios das duas categorias de produtos desfavorável para os exportadores de produtos primários. Algo de semelhante se passaria hoje, comparando o preço médio de bens e serviços originados nos sectores secundário e terciário da actividade económica. Admitindo, tendencialmente, que os serviços se tornam mais «intensivos em conhecimento» do que os produtos industriais - e que a produtividade aumenta mais na indústria do que nos serviços -, teríamos explicado esta nova tendência para «deterioração dos termos de troca» entre sectores de actividade.

Mas esta questão, analisada em profundidade, remete-nos para a teoria do valor e para a controvérsia, célebre na história do pensamento económico, sobre a teoria marxista do valor trabalho, tema a que voltaremos mais adiante.

Note-se que o aumento do peso dos serviços na estrutura da economia nacional poderá, em parte, decorrer de se externalizarem à empresa (*outsourcing*) serviços que estavam 'ocultos' na actividade dominante, por hipótese, a indústria transformadora.

De salientar, ainda, que a questão é relevante em termos de formação e distribuição do valor, como iremos novamente referir no passo seguinte.

O outro ponto que mencionámos é igualmente importante para caracterizar o processo de transição para a emergente EBC: trata-se da natureza do processo inovador nesse sistema económico.

Com efeito, importa esclarecer em que medida o novo sistema económico reconstruído, ele próprio, o padrão da procura, eventualmente desviando recursos da satisfação de necessidades humanas prioritárias para a produção de bens e serviços supérfluos, cuja 'necessidade' decorre do marketing da própria oferta que os produz. Seria, por exemplo, difícil de aceitar a ideia de que a Coca Cola (ou, claro, por maioria de razão, a Pepsi Cola!) e as calças de ganga ou *jeans* fossem 'inovações' simplesmente ditadas por imperiosas necessidades da procura... Sabemos que o seu gigantesco consumo decorre sobretudo de igualmente gigantescas campanhas de marketing.

Esta questão assume maior importância se considerarmos uma tendência que parece hoje prevalecer no funcionamento do mercado global, quer em termos internacionais quer intra-nacionais: a acentuação de desigualdades na repartição do rendimento. Um número sugestivo da amplitude destas tendências consta do último Relatório Mundial do Desenvolvimento Humano da ONU (2005), onde se afirma que o rendimento agregado dos 500 mais ricos é superior ao dos 415 milhões mais pobres do Planeta.

De uma forma caricatural e breve, mas porventura sugestiva, pode dizer-se que está em causa, no fim de contas, saber se emerge uma «economia baseada no conhecimento» ou antes um «conhecimento baseado na economia», sendo esta cada vez mais desigual; i.e., onde se regista uma orientação mais mercantilizada da investigação científica e tecnológica, conduzida pelos interesses dos estratos de maior rendimento do mercado global.

O «mercado do conhecimento» no mercado global

Em que sentido poderemos falar de «mercado do conhecimento» no quadro da economia de mercado que hoje envolve todo o Planeta, deixando de ter sentido expressões como Primeiro, Segundo ou Terceiro mundos, uma vez que existe apenas um 'único' mercado global?

Trata-se, antes de mais, de reconhecer que existem uma procura e uma oferta de conhecimento, ambas suscitadas pelo incessante processo de inovação que hoje alimenta a concorrência entre empresas e grupos económicos. Por conhecimento entendemos, segundo ampla definição consagrada pela OCDE, a organização da informação para responder a uma interrogação ou resolver um problema. Pode resultar de uma actividade própria de investigação científica e tecnológica, de uma simples transferência de *know-how* por via de uma parceria com 'oferta' de conhecimento, etc..

Mas é desde logo evidente que este mercado é muito específico, ao menos por duas razões: a natureza imaterial do conhecimento, que, no entanto, pode ser objecto de actos de compra e venda, como em qualquer mercado; a circunstância de, neste caso, oferta e procura tenderem a uma relação conjunta, mais ou menos cooperativa, em lugar de mero contacto pontual na ocasião da transacção. Diz-se que neste mercado o preço não constitui o elemento central da relação, mas antes a resposta encontrada, ou a procurar, para solução do problema posto.

Que papel desempenha, então, este tão específico mercado no processo de acumulação no mercado global? Trata-se, afinal, de acordo com a linguagem corrente nos livros de gestão, de saber como o que chamamos «mercado do conhecimento» condiciona a formação das cadeias de valor nos vários processos produtivos, cada vez mais globalizados.

A expressão cadeia de valor evoca a perspectiva da chamada contabilidade nacional, onde é questão de cálculo de «valores acrescentados», na alternativa do cômputo dos produtos ditos «finais» na perspectiva daquela contabilidade. Existem seqüências ou cadeias produtivas de bens e serviços na «produção de mercadorias por mercadorias» para evocar o título de um famoso livro de Piero Sraffa, publicado pela primeira vez em 1960 (*Production of commodities by means of commodities-Prelude to a critique of Economic Theory*, Cambridge University Press), e que marcou uma época de debates sobre a teoria do valor. Aliás, debates impregnados de forte carga ideológica pelas implicações da teoria marxista do valor trabalho. Não se justifica entrar aqui em tais debates, a não ser para recordar que o 'valor' é determinado pela conjugação de factores da oferta e da procura. No primeiro aspecto, há sempre que tomar em conta uma estrutura de *inputs*, que definem a composição dos custos de produção.

Dadas as condições actuais de funcionamento do mercado global, a criação e reparição do valor, designadamente, na configuração das cadeias de valor, por sua vez, função dos processos de inovação, é fortemente condicionada pelo que temos designado por «mercado do conhecimento», ou seja, pelo ajustamento dinâmico entre a procura e a oferta desse capital imaterial. Decidir, no âmbito da estratégia empresarial, quais os elementos da cadeia de valor a produzir 'dentro' ou a comprar 'fora' e em ambos os casos 'onde' fazê-lo, depende de um tal ajustamento ou mercado.

O processo de criação de valor, que no tempo de Marx assentava na «exploração» de certa mais-valia criada no mercado de trabalho, resulta hoje das mais-valias directas ou indirectamente associadas à inovação, esta afinal suportada por processos de gestão e criação de conhecimento. É evidente a importância dos regimes relativos a direitos de propriedade intelectual nessa gestão: se tais direitos são elevados, constituem um prémio e um estímulo do inovador pioneiro; mas, por outro lado, representam um entrave à difusão da inovação e, deste modo, à generalização do processo inovador.

Reconhecer o que afirmámos, note-se, não implica subestimar outros factores que condicionam o funcionamento do mercado global - como, por exemplo, as consequências do ingresso da China na Organização Mundial do Comércio (antigo GATT) -, nem ignorar que a problemática aqui esboçada só é verdadeiramente relevante, em primeira instância, ao nível do estrato de empresas e outras organizações que dominam na concorrência naquele mercado. Sem dúvida que, na grande maioria de economias nacionais e empresas, o que temos designado por «mercado do conhecimento» só indirectamente é, ou pode ser, relevante.

Porém, nas mudanças em curso num tempo de 'transições' (para a economia de mercado, o mercado global e a economia do conhecimento, entre outras), na análise do capitalismo do mercado global, tal como se apresenta hoje, e nos contornos que se esboçam para o seu futuro, este 'mercado' é condicionante tão fundamental como foi o mercado de trabalho no tempo em que o operário da indústria era actor principal do modelo de crescimento da época.

No mercado de trabalho hoje 'realmente existente' abundam exigências de flexibilidade e empregabilidade, contrastando com valores considerados fundamentais há trinta ou quarenta anos atrás, como pleno emprego, poder sindical e coesão social. Numa economia mundial globalizada e dominada por grupos transnacionais, cada vez mais apoiada em novas e poderosas tecnologias da informação e da comunicação (TIC), compreende-se o porquê destas transformações. Uma perspectiva positiva desta 'nova' Economia do Trabalho que vimos referindo reside na possível emergên-

cia de um novo conceito de auto-gestão, não ao serviço de algum anarco-sindicalismo ou socialismo mais ou menos utópico, mas de uma nova e fundamental noção de aprendizagem.

A aprendizagem de que falamos refere-se, afinal, a um processo de auto-gestão do conhecimento pelo novo trabalhador que na EBC sucede ao operário da indústria dos tempos da génese e desenvolvimento do capitalismo industrial. O slogan da «aprendizagem para toda a vida» em vez do «emprego para toda a vida» torna-se, ao mesmo tempo, uma ameaça assustadora e um desafio estimulante.

De facto, esse trabalhador do conhecimento, além de ser empresário de si mesmo, como gestor do seu próprio conhecimento, pode optar por trabalhar por conta própria ou como elemento de uma organização que, no seu seio, partilha e 'cria' conhecimento.

A mobilidade do trabalho no mercado global

A chamada 'globalização' da economia mundial, ao contrário do que pretendem muitos autores, sobretudo de cultura ou expressão francesa, é muito mais complexa do que o termo alternativo 'mundialização', por eles preferido, sugere. Pode, todavia, afirmar-se que a globalização é uma específica forma de mundialização, havendo então que precisar o sentido dessa especificidade. Com efeito, globalização financeira e globalização do conhecimento são, provavelmente, as dimensões económicas mais específicas e determinantes do capitalismo do mercado global que hoje por todo o lado configura o sistema da economia mundial.

Essa especificidade resulta, em primeiro lugar, de uma complexa infra-estrutura tecnológica, em rápida evolução, as já referidas TIC, que permitem novos métodos de gestão das organizações, além de novos meios de armazenamento, transmissão e gestão da informação, implicando entre outras consequências, novas possibilidades de globalização do capital financeiro, por um lado, e do capital conhecimento, por outro.

Os movimentos de capitais à escala mundial, num e noutro sentido, adquiriram hoje um volume e um ritmo sem paralelo na História. É, assim, possível reconhecer algo de novo, que talvez se tenha tornado mais visível a partir de 1974, nesse mercado global em gestação e que recebe novo impulso no final dos anos 1980, com o colapso do chamado Segundo Mundo ou, na designação oficial, «Sistema Socialista Mundial».

Neste contexto, os movimentos de pessoas tornaram-se igualmente mais fáceis, embora a dimensão desta maior mobilidade humana não seja comparável às outras duas (do capital financeiro e do capital conhecimento) acima referidas.

Na perspectiva da Economia do Trabalho, que temos mantido neste texto, há, todavia, algo de essencial a reter na nossa análise e que remete para o seguinte: ao contrário do que seria desejável e talvez possível, a globalização do conhecimento não parece ter até hoje contribuído para evitar crescentes desigualdades na repartição do rendimento à escala intra-nacional e internacional, que a globalização financeira tem permitido e alimentado.

Crescentes desigualdades deste tipo geram, naturalmente, uma forte pressão emigratória, oriunda das áreas menos desenvolvidas do Planeta, que, defrontando obstáculos por parte das áreas mais desenvolvidas, gera tensões e movimentos clandestinos que não favorecem o 'desenvolvimento humano' ou, sequer, a superação da pobreza absoluta, objectivos hoje tantas vezes enunciados pela retórica oficial em particular de instâncias da ONU. Aliás, pressões desta natureza adquirem força renovada ao nível regional intra-nacional, aumentando a concentração urbana e despovoando os campos, mesmo em países como o Brasil e a China.

Além do mais, convém recordar que a frustração do indivíduo pode aumentar, ainda que as suas condições de vida em termos absolutos melhorem. Com efeito, como já notava Perroux, está em causa comparar «níveis de aspiração» e «níveis de expectativa»: se aquilo que realmente 'se espera' se distancia daquilo que 'se deseja', e deseja-se aquilo que se tornou mais transparente ao redor de nós, a frustração aumenta e também a propensão à emigração.

E é evidente que a disseminação das novas TIC torna mais insuportável a pobreza, mesmo relativa: as desigualdades tornam-se mais transparentes e também menos toleráveis.

Em síntese, além do que anteriormente considerámos, nesta «nova Economia do Trabalho» à escala do mercado global e mundial, não se regista uma 'nova' fluidez do capital humano de ritmo e dimensão comparável ao que podemos constatar nas outras formas de capital que acima referimos.

Uma Nova Ideologia para a Economia do Trabalho

Entendendo o termo ideologia no seu sentido positivo, como «visão do mundo» ou perspectiva que nos dá sentido e orientação face a determinada problemática, surgen-nos então, depois das questões que antes aflorámos, a necessidade de substituir uma ideologia que se tornou obsoleta por algo que nos possa servir de instrumento útil de intervenção numa dinâmica social muito rápida e complexa. Algo que, por exemplo, Tony Blair tem procurado com mais ou menos êxito na sua experiência de governação, quando propõe o New Labour. Ou, muito mais profundamente, o cami-

Economia Global e Gestão

Global Economics and Management Review



nhos que nos é apontado pela Comissão Mundial sobre a Dimensão Social da Globalização, instituída sob a égide da OIT, e cuja versão portuguesa foi recentemente lançada em Portugal em sessão pública no ISCTE (edição conjunta CELTA, ISCTE, OIT).

Essa ideologia necessitará de alguns componentes básicos que aqui apenas podemos enunciar sucintamente:

- uma interpretação da «economia de mercado» desejável e possível que se pretende construir na prática social. Essa interpretação, além do mais, poderá permitir um conteúdo mais preciso do conceito de 'desenvolvimento humano', hoje tão citado por organismos internacionais, mas uma vez mais na esfera do que na língua inglesa, de forma tão pertinente, se designa por *wishful thinking*;
- um equacionamento convincente da problemática do trabalho e dos trabalhadores no contexto do capitalismo do mercado global, incluindo a redefinição do papel do sindicalismo nesse sistema económico.

De tudo isto poderia resultar contribuição importante para o projecto de 'outra globalização', que vem sendo procurado por diversos movimentos sociais, de diversas orientações não necessariamente convergentes, em particular no quadro do Fórum Social Mundial.

PREÇOS ASSINATURA ANUAL 2006*			
	Economia Global e Gestão (3 números/ano)	Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão (4 números/ano)	Assinatura Conjunta (7 números/ano)
Instituições	22,00 €	35,00 €	50,00 €
Particulares	16,00 €	23,00 €	35,00 €
Estudantes	12,00 €	18,00 €	25,00 €
Preço de capa	10,00 €	12,00 €	

* Esta assinatura é relativa aos números publicados no ano civil de 2006, independentemente da data em que for feita.

CONTACTOS PARA ASSINATURAS:

INDEG/PROJECTOS - Instituto para o Desenvolvimento da Gestão Empresarial
A/c Rita Jorge Correia - Complexo INDEG/ISCTE, Av. Prof. Aníbal Bettencourt, 1600-189 Lisboa
Telefone: 21 782 61 00 - Fax: 21 793 87 09
E-mail: rita.c.jorge@iscte.pt